DF. Brasília

Brasilinha quer recompensa do GDF

Depois de 43 anos, cidade pede indenização por ceder terras à capital

FOTOS: TONINHO TAVARES

Vendedora de churrasquinho no Setor Tradicional de Planaltina: cidade vive expectativa com a reivindicação de Brasilinha

ADELCIANO ALEXANDRE E FLÁVIA RIBAS

Em 1891, a primeira Constituição republicana do Brasil previa a transferência da capital do País para o Planalto Central. No mesmo ano, o município de Planaltina, então território goiano, tornou-se independente de Formosa. Mais de um século depois, o processo de desapropriação das terras do quadrilátero Cruls deu margem a uma briga judicial sobre a verdadeira propriedade de pelo menos uma centena de terrenos no Setor Tradicional de Planaltina-DF.

No dia 5 de abril de 1993, reivindicando a propriedade de 104 terrenos (76 no Setor Tradicional e 28 na Avenida São Paulo) – e na busca de uma indenização que considerava direito histórico –, o ex-prefeito Edenval Vaz encaminha ofício para o então governador Joaquim Roriz pedindo a "agilização dos atos necessários ao reconhecimento dos nossos lotes".

Meses depois, os moradores dessas áreas recebem pelo correio uma convocação da Prefeitura de Planaltina de Goiás. O documento dizia que imóvel ocupado estava sendo licitado por se tratar de propriedade do município e que sua situação deveria ser regularizada no Departamento municipal da Receita.

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal suspendeu o ato por meio de liminar. No julgamento do mérito da questão, o DF perdeu nas duas instâncias do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT). Até o fim do semestre, o presidente do TJDFT, desembargador Natanael Fernandes, deve se pronunciar sobre o pedido da Procuradoria para encaminhar um calhamaço de 480 páginas, três volumes e diversos documentos em anexo ao Superior Tribunal de Justiça.

Na decisão de primeira instância em 3 de março de 2000, o então titular da 2ª Vara de Fazenda Pública, Álvaro Luís Ciarlini, em seu despacho, afirmou que cabe à Prefeitura de Planaltina de Goiás o "direito de alienar diversos lotes no Setor Tradicional de Planaltina-DF".

Durante o processo, a Procuradoria do DF tentou usar o argumento de que houve uma "desapropriação indireta" com a ocupação administrativa por parte do Distrito Federal. No STJ, uma série de recursos sucessivos pode adiar uma decisão final por um período indeterminado.

> *"Não temos pressa, pois, no nosso entendimento, vamos ganhar a briga na Justiça"*
>
> **Jandir Guimarães,** secretário de Patrimônio de Planaltina de Goiás

"Não temos pressa, pois, no nosso entendimento, vamos ganhar a briga na Justiça", comenta o secretário de Patrimônio de Planaltina de Goiás, Jandir Guimarães.

Segundo ele, o dinheiro de uma indenização mais de 40 anos depois da transferência da sede do município seria uma espécie de recompensa para a cidade por sua contribuição ao Distrito Federal. "Entregamos uma cidade pronta e ficamos sem ter para onde ir", argumenta.

De acordo com ele, o objetivo é fazer um acordo para que Governo do Distrito Federal pague a indenização por um valor inferior ao preço de mercado dos imóveis. "Se não for possível, vamos cobrar dos atuais ocupantes", afirma.

Quando a decisão final da Justiça for decretada, no caso de vitória da Prefeitura, um acordo dependerá do governo de plantão no município. O mandato do atual prefeito se encerra no dia 31 de dezembro. Ninguém da Procuradoria-Geral do DF quis comentar a ação.

A briga judicial questiona a propriedade de pelo menos uma centena de terrenos na cidade

Incerteza de propriedade

No Hotel Casarão – que fica na praça Coronel Salviano Monteiro, no centro histórico de Planaltina-DF – do tempo do Império, o ambiente mantém os traços das construções coloniais do interior de Goiás. Os serviços oferecidos são os mesmos de 43 anos atrás, quando abriu as portas, apenas um ano depois da transferência da capital da República.

"Naquela época, ninguém tinha documento", revela a proprietária, Geralda Maria Vieira, 73 anos. Ainda hoje, as escrituras dos imóveis fazem parte de um sonho que se prolonga por mais de quatro décadas. "Estamos tranqüilos porque ninguém poderá nos retirar daqui, mas seria mais cômodo uma situação definitiva", admite.

Em meio aos problemas de ordem territorial, Geralda mantém a rotina de cuidar dos hóspedes, enquanto, há exatos 43 anos, observa a vida que passa pela praça Coronel Salviano Monteiro. "Tudo mudou com o tempo. A cidade cresceu, perdeu o charme – mas, da porta do hotel para dentro, tudo continua como antes."

Em um terreno de 1,2 mil metros quadrados, a maioria dos 27 quartos está vazia, ao contrário do tempo em que Planaltina era um entreposto comercial na rota Nordeste-DF. "Hoje em dia, a ocupação maior ocorre nos finais de semana", afirma a empresária. O preço da diária para casal é de R$ 20, com direito a quarto com suíte e café da manhã.

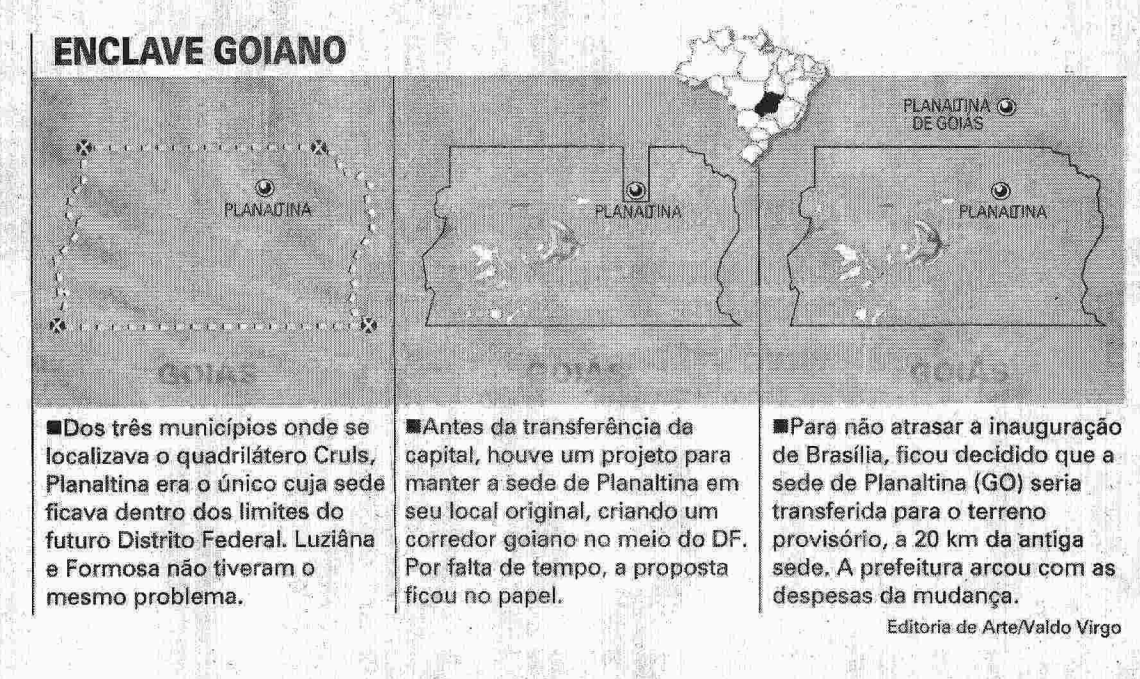
Em outra área, distante do movimento de hóspedes, a dona de casa Floripes Bonfim divide os cerca de 120 metros quadrados do lote com os três filhos. Em comum com a dona do hotel, a incerteza sobre a propriedade do lugar onde vive, na Quadra 15 de Planaltina. "Não ter a titularidade gera muita incerteza", reconhece.

Nos dois casos, a propriedade dos terrenos é reivindicada pela Prefeitura de Planaltina de Goiás. Para solução de alguma questão fundiária, é necessário percorrer pelos menos 20 quilômetros, cruzar a fronteira do Distrito Federal e resolver o caso na cidade goiana.

"Essa área foi invadida"

No total, a Prefeitura de Planaltina de Goiás alega que uma área de 200 hectares no DF continua sob sua propriedade. No cartório de registro de imóveis da cidade, pagando-se R$ 22,26, pode-se retirar a certidão, com número de ordem 303, que atesta a propriedade. "Toda essa área foi invadida e perdeu-se o controle", comenta o tabelião Edvaldo Ivo Maia.

No documento, há menção ao terreno onde foi construída a 16ª Delegacia de Polícia. Uma área de 1,6 mil metros quadrados – com espaço para circulação, gabinete para o delegado, local para o cartório e sala para o destacamento policial – só pôde ser construída depois de uma cessão de uso do terreno por parte da Prefeitura de Planaltina de Goiás, em 23 de maio de 1968. "Também vamos buscar uma indenização para essa área", revela o secretário de Patrimônio Jandir Guimarães.



Editoria de Arte/Valdo Virgo

MEMÓRIA

A desapropriação das terras para a formação do Distrito Federal começou em 1955, quando o governo do Estado de Goiás criou, por decreto, a Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, formada por juízes e promotores. Os integrantes foram divididos em três grupos, que atuaram em Formosa, Santa Luzia (hoje, Luziânia) e Planaltina.

Todos os processos foram assinados pelo então juiz de direito da comarca de Planaltina, Lúcio Batista Arantes, que tornou-se o primeiro magistrado do Distrito Federal anos depois. Arantes contou, em depoimento ao programa de História Oral do Arquivo Público do DF, que foram cerca de 62 processos de desapropriação. "A comissão pró-mudança da capital sobrevoou e percorreu todo o quadrilátero, estudando e identificando as fazendas", lembra ele.

Na época, surgiu a proposta de manter a sede do município de Planaltina em seu local original e criar uma espécie de corredor goiano dentro do Distrito Federal (ver infografia). *O projeto foi vetado pelo deputado Emival Caiado, autor da lei que determinava a inauguração da capital no dia 21 de abril de 1960, sob a justificativa de que o corredor atrasaria a cerimônia. Em 1958, uma série de órgãos municipais de Planaltina foi transferida provisoriamente para a atual vila de São Gabriel.*

Lúcio Arantes acredita que a mudança do município de Planaltina de fato prejudicou a cidade, mas não se posiciona sobre o assunto. "É a Justiça quem vai decidir se o pedido de indenização é legítimo ou não", diz.

Para Ernesto Silva, primeiro diretor da Novacap e presidente da Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, a reivindicação da Prefeitura de Brasilinha é uma atitude anti patriótica. "A área da Prefeitura era pública e foi transferida para o bem de todo o País", comenta. Ele diz ainda que a construção de Brasília acabou trazendo o progresso para os moradores do município goiano. "Antes da construção de Brasília, Planaltina era só mais uma pequena cidade rural", diz o pioneiro.

Hoje o Setor Tradicional de Planaltina é tombado pelo Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico do DF (Depha), ligado à Secretaria de Cultura. Para o historiador Jarbas Silva Marques, diretor do órgão, o pedido de indenização pela transferência da capital não tem muito sentido, 40 anos depois da construção da capital. "É uma falta de conhecimento da história das duas cidades", diz Jarbas.

Ernesto Silva diz que nem todas as terras goianas desapropriadas foram efetivamente compradas pela União. "Até a inauguração da capital, o trabalho de desapropriação foi intenso. Depois da construção de Brasília, houve um relaxamento por parte do governo", lembra. Ele acredita que cerca de um quinto das terras do DF não tiveram sua situação jurídica completamente regularizada. "O reflexo, hoje, é o grande problema de grilagem. Tem gente que se aproveita e cria falsos documentos para tentar comprovar a propriedade e vender", diz Ernesto.